



PREFEITURA MUNICIPAL DE CONTAGEM
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
DEPARTAMENTO DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA



ALVARÁ SANITÁRIO

0389/18

O Departamento de Vigilância Sanitária, nos termos da Legislação Sanitária Municipal (Lei Complementar 103/2011), concede o presente Alvará Sanitário ao estabelecimento abaixo qualificado, considerando como adequadas suas condições higiênico-sanitárias no momento da fiscalização. Seu(s) responsável(is) assume(m) cumprir a legislação vigente e observar as boas práticas referentes à(s) atividade(s) licenciada(s).

Razão Social: **ESSENZA INDÚSTRIA QUÍMICA EIRELI**

Endereço: **AV. JOSE DINIZ E SILVA, 440**

Bairro: **BELA VISTA**

CNPJ/CPF: **23.605.544/0001-82**

CNAE's:

Atividade(s) Licenciada(s): **FABRICAÇÃO DE SANEANTES E PRODUTOS PARA A SAÚDE RISCO I E II**

Responsável Técnico: **RAFAEL MAGNO MARTINS DE JESUS CRQ-MG 02414048**

Este documento foi emitido em atendimento ao Processo nº **03.A.20715/16** e é válido até **28 de março de 2019**.
Sua renovação deve ser requerida 120 dias antes do vencimento conforme art. 48, I da LC 103/2011.

Contagem, 28 de março de 2018.

Autoridade Sanitária

Rodrigo Torres dos Santos

Director Geral

Autoridade Sanitária

Matrícula: 104.036

- OBSERVAÇÕES:
- 1 - O Alvará Sanitário deve ficar exposto em local visível dentro do estabelecimento (art. 48, §1º da LC 103/2011).
 - 2 - A presente licença terá validade de 01 ano a partir da sua data de emissão (art. 48, I da LC 103/2011).
 - 3 - Este Alvará poderá a qualquer tempo ser suspenso, cassado ou cancelado, no interesse da saúde pública (art. 41, §3º da LC 103/2011).



Scanned by CamScanner



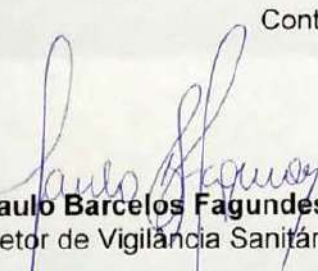
DECLARAÇÃO

Declaramos para os devidos fins que o estabelecimento **ESSENZA INDÚSTRIA QUÍMICA EIRELI** CNPJ **23.605.544/0001-82**, situado a Av. José Diniz e Silva, 440- Bairro Bela Vista - Contagem/MG possui em vigência nesta Diretoria de Vigilância Sanitária solicitação de renovação de Alvará Sanitário protocolizado sob nº **21972/2018-03A** datado de **28/11/2018**.

Declaramos ainda, que a empresa protocolizou o requerimento para renovação do alvará dentro do prazo previsto no inciso I do Art.48 da Lei Complementar nº 103/2011, e, desta forma fica prorrogada a validade do Alvará Sanitário em vigor pelo prazo previsto por esta declaração, conforme Lei Complementar nº 264, de 15 de outubro de 2018,

Validade desta declaração: 90 dias

Contagem, 03 de Fevereiro de 2020.


Paulo Barcelos Fagundes
Diretor de Vigilância Sanitária

Paulo Barcelos Fagundes
Diretor de Vigilância Sanitária
Matrícula: 204414
Contagem / MG

Av. General David Sarnoff, 3113 – Cidade Industrial – Contagem – MG
☎ (31) 3472-6355/ 3472-6353 - ✉ visa@contagem.mg.gov.br

Scanned by CamScanner





Legislação de Contagem

[voltar](#)

Os textos das normas jurídicas têm caráter informativo, não dispensando a consulta de sua publicação DDC - diário oficial de Contagem - para a prova da existência de direitos, nos termos da legislação vigente.

Norma: Lei Complementar 103 de 20/01/2011

Origem: Executivo - Situação: Alterada - [Diário Oficial Nº 2579 \(/arquivos/doc/2579doc-e.pdf\)](#)

Ementa:

Dispõe sobre o Código de Saúde do Município de Contagem e dá outras providências.

Observação:

[Ver Razões de Veto \(/?legislacao=200951\)](#)

[Ver decreto nº 1627/2011 \(/?legislacao=868576\)](#)

[Ver decreto nº 1885/2012 \(/?legislacao=071014\)](#)

[Alterada pela Lei Complementar nº 254/2018 \(/?legislacao=681483\)](#)

[Alterada pela Lei Complementar nº 264/2018 \(/?legislacao=913551\)](#)

Íntegra da legislação

LEI COMPLEMENTAR nº 103, de 20 de janeiro de 2011

Dispõe sobre o Código de Saúde do Município de Contagem e dá outras providências.

A CÂMARA MUNICIPAL DE CONTAGEM APROVA e eu sanciono a seguinte Lei Complementar

TÍTULO I DOS PRINCÍPIOS, DIRETRIZES GERAIS E COMPETÊNCIAS

CAPÍTULO I DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Esta Lei Complementar dispõe sobre o Código de Saúde do Município de Contagem, estabelece normas públicas e de interesse social para a promoção, defesa e recuperação da saúde, fundamentado nos princípios expressos na Constituição da República, Constituição do Estado de Minas Gerais, Lei Orgânica da Saúde, Código de Defesa do Consumidor e Lei Orgânica do Município.

Art. 2º No território do Município, as ações e os serviços de saúde são executados e desenvolvidos pela Administração Direta e Indireta do Município na forma desta Lei Complementar e de sua respectiva regulamentação.

Parágrafo único As ações e os serviços de saúde compreendem, isoladamente e no seu conjunto, as iniciativas do Poder Público que tenham por objetivo a promoção, defesa e recuperação da saúde, individual ou coletiva, e serão desenvolvidas pelo Poder Público com o apoio e a fiscalização da sociedade, a quem incumbe propor qualquer medida de interesse coletivo.

Art. 3º São princípios e diretrizes a serem observados pelas ações e pelos serviços de saúde, públicos ou privados:

I - os serviços de assistência à saúde observarão, nos seus vários níveis de complexidade, os padrões de qualidade técnica, científica e administrativa universalmente reconhecidos, e os ditames da ética profissional;

II - toda pessoa tem o direito de obter informações e esclarecimentos sobre assuntos pertinentes às ações e aos serviços de saúde;

III - os agentes públicos e privados têm o dever de comunicar às autoridades competentes as irregularidades ou deficiências apresentadas por serviços públicos e privados responsáveis por atividades ligadas ao bem-estar físico, mental e social do indivíduo e da coletividade.

Art. 4º Sem prejuízo de outras atribuições, compete à Secretaria Municipal de Saúde:

I - exercer, por meio do órgão sanitário competente, o poder de polícia sanitária no Município;

II - promover, orientar e coordenar estudos de interesse da saúde pública;

III - estudar, planejar, supervisionar, coordenar, controlar a atividade de Vigilância Sanitárias e Epidemiológicas, referente às ações sobre o meio ambiente, incluindo ambiente do trabalho e saúde do trabalhador;

IV - inspecionar e licenciar os estabelecimentos e serviços relacionados direta ou indiretamente à saúde individual ou coletiva;

V - inspecionar os produtos, insumos, equipamentos e outros relacionados, direta ou indiretamente, à saúde;

VI - realizar o controle de zoonoses em todo o Município;

VII - elaborar normas técnicas que regulem as ações de saúde no Município.

§1º Fica o Município, por meio da Secretaria Municipal de Saúde, autorizado a celebrar convênios com órgãos federais, estaduais e municipais, visando à melhoria da saúde da população.

§2º As ações de promoção e proteção da saúde e do meio ambiente previstas nesta Lei Complementar competem, precipuamente, aos órgãos e às entidades que integram o SUS, sem prejuízos da competência legal dos órgãos ambientais.

Art. 5º Ficam adotadas, nesta Lei Complementar, as definições e normatizações constantes da legislação federal e estadual de estabelecimentos de saúde e de interesse da saúde, alimentos, medicamentos, congêneres e produtos para saúde.

Art. 6º Toda pessoa física ou jurídica de direito público ou privado que tenha domicílio, residência ou realize atividades sujeitas ao controle sanitário no Município está sujeita às determinações desta Lei Complementar, bem como às normas legais e regulamentares dela advindas.

CAPÍTULO II DA GESTÃO DO SISTEMA DE SAÚDE

Art. 7º A atenção à saúde será efetuada pelo Sistema Único de Saúde - SUS por meio de um conjunto de ações visando ao atendimento das demandas pessoais e das exigências ambientais e compreende:

I - a assistência às pessoas, individualmente e coletivamente, a serem prestadas em serviços de saúde, bem como em domicílios;

Scanned by CamScanner



CARTÓRIO
Autenticação Digital Código: 123040712201396543885-3
Data: 07/12/2020 12:17:23
Valor Total do Ato: R\$ 4,56
Selo Digital Tipo Normal C: AKU46355-LA53;



CNJ: 06.870-0

Cartório Azevêdo Bastos
Av. Presidente Epitácio Pessoa - 1145
Bairro dos Estado, João Pessoa - PB
(83) 3244-5404 - cartorio@azevedobastos.not.br
<https://azevedobastos.not.br>

Bel. Valber Azevêdo de Miranda Cavalcanti
Titular

TJPB



Art. 46 Considera-se estabelecimento de interesse da saúde, para efeitos desta Lei Complementar, seja público ou privado:

I - aqueles que pratiquem atos da cadeia da produção ao consumo relacionados a:

- a) alimentos, produtos alimentícios, alimentos para fins especiais, bebidas, aditivos e coadjuvantes;
 - b) água para o consumo, como insumo de produção e para a utilização em outras atividades sujeitas ao controle sanitário;
 - c) medicamentos, drogas, insumos farmacêuticos, imunobiológicos, hormônios, plantas medicinais;
 - d) materiais, produtos e equipamentos de uso médico e odontológico, produtos para a saúde, produtos para diagnóstico de uso in vitro;
 - e) perfumes, cosméticos e produtos de uso pessoal;
 - f) produtos saneantes, domissanitários e afins, de uso domiciliar, institucional e profissional;
 - g) sangue, hemocomponentes, hemoderivados, leite humano, e água de hemodiálise;
 - h) substâncias, tecidos, células e órgãos de origem humana, animal ou vegetal;
 - i) produtos tóxicos, inflamáveis, corrosivos, explosivos, infectantes, contaminantes e radioativos;
 - j) solventes, substâncias e produtos químicos que provoquem efeitos psíquicos, com ou sem tolerância e com ou sem indução de dependência física ou psíquica;
 - k) produtos e substâncias usados no tratamento de cadáveres e nas atividades de tanatopraxia e somatoconservação;
 - l) qualquer resíduo, substância, insumo, matéria-prima, artigo, equipamento, aparelho, acessório ou produto de qualquer natureza que possam causar risco à saúde humana, à saúde do trabalhador e ao meio ambiente;
 - m) embalagem de qualquer natureza para acondicionamento de produtos sujeitos ao controle sanitário.
- II - as feiras livres, ambulantes de alimentos e congêneres;
- III - as escolas de ensino fundamental, médio e superior, as pré-escolas, creches, centros de convivência, colônias de férias, centro de formação de condutores, cursos livres, eventuais, e aqueles não regulares;
- IV - os locais de lazer e diversão, salas de exibição, salas de espetáculos, teatros, circos, cinemas, salões de festas, locação de artigos de festas;
- V - os locais de ginástica, de práticas esportivas e recreativas, academias, clubes e estádios;
- VI - os salões de beleza, salas de esteticismo, podologia, bronzeamento artificial, massagens estéticas;
- VII - as saunas, casas de massagem e atividades congêneres;
- VIII - os estúdios de tatuagem, piercing e maquiagem definitiva;
- IX - os serviços de controle de pragas urbanas, sanitização e desinfecção de ambientes e congêneres;
- X - as instituições de longa permanência para idosos, casas de apoio e similares;
- XI - as centrais de material e esterilização;
- XII - as lavanderias, as empresas de limpeza e conservação e congêneres;
- XIII - os sanitários coletivos públicos ou privados;
- XIV - os criatórios para fins de pesquisa, biotérios;
- XV - os transportes e a guarda de cadáveres, funerárias, necrotérios, velórios, cemitérios, crematórios, sanatórios e congêneres, inclusive os destinados a animais;
- XVI - os laboratórios de pesquisa científica, de ensino, de análises de amostras de produto sujeito ao controle sanitário, de análises clínicas de citopatologia, de anatomia patológica de calibração, de certificação e de controle de qualidade de qualquer natureza, e os respectivos postos de coleta;
- XVII - os estabelecimentos que usam fontes de radiação ionizantes e não ionizantes, inclusive eletromagnéticas;
- XVIII - os terminais urbanos, estações rodoviárias, ferroviárias, metroviárias, garagens, oficinas e congêneres;
- XIX - os estabelecimentos penitenciários e carcerários;
- XX - os templos (de qualquer culto), igrejas e locais para práticas religiosas;
- XXI - as construções habitadas ou não e terrenos edificadas ou não;
- XXII - os locais de hospedagem de qualquer natureza;
- XXIII - as óticas e laboratórios óticos.

§1º Estabelecimentos, unidades, atividades, produtos e serviços sujeitos ao controle sanitário não elencados neste artigo serão disciplinados através de normas regulamentares.

§2º Equiparam-se a estabelecimento os veículos que transportem produtos ou executem serviços sujeitos ao controle sanitário.

§3º A competência da Vigilância Sanitária restringir-se-á à matéria relacionada à legislação que trata da saúde.

Art. 47 Os estabelecimentos sujeitos ao controle sanitário ficam obrigados a:

- I - observar os padrões de identidade, qualidade e segurança na produção, bem como os padrões específicos de registro, notificação, comunicação, conservação, embalagem, rotulagem e prazo de validade dos produtos expostos à venda, armazenados ou entregues ao consumo, quando da execução dos atos da cadeia de produção ao consumo;
- II - praticar atos da cadeia da produção ao consumo envolvendo somente produtos registrados, cadastrados ou notificados pelo órgão competente da saúde pública, conforme legislação vigente;
- III - praticar atos da cadeia da produção ao consumo envolvendo somente produtos, equipamentos e procedimentos que estejam de acordo com a legislação sanitária vigente;
- IV - segregar, destinar e controlar, conforme expresso em legislação pertinente, os produtos que não atenda às exigências sanitárias, que sejam prejudiciais à saúde ou que produzam efeitos nocivos inesperados;
- V - observar as normas referentes à bioética e à biossegurança estabelecidas na legislação vigente;
- VI - manter instalações e equipamentos em condições de conservar os padrões de identidade e qualidade dos produtos e dos serviços e de preservar a saúde dos trabalhadores e de terceiros;
- VII - manter rigorosas condições de higiene, observada a legislação vigente;
- VIII - manter os equipamentos de transporte de produtos em perfeito estado de conservação, higiene e segurança, de acordo com os graus de risco envolvidos e dentro dos padrões estabelecidos para o fim a que se propõem;
- VIX - manter pessoal qualificado e em número suficiente para o manuseio, o armazenamento e o transporte correto do produto e para o atendimento adequado ao usuário do serviço e do produto;
- X - fornecer a seus funcionários equipamentos de proteção individual e treinamento adequado, de acordo com o produto a ser manuseado, transportado e disposto ou com o serviço a ser prestado, nos termos da legislação vigente;
- XI - fornecer ao usuário do serviço e do produto as informações necessárias para sua utilização adequada e para a preservação de sua saúde;
- XII - manter controle e registro de medicamentos sob controle especial utilizados em seus procedimentos, de acordo com norma especial vigente;
- XIII - observar o disposto nas normas legais e regulamentares referentes a produtos sujeitos ao controle sanitário, estabelecimentos de saúde e estabelecimentos de interesse à saúde.

Art. 48 São documentos obrigatórios dos estabelecimentos sujeitos ao controle sanitário, conforme o caso:

- I - Alvará Sanitário, exigível dos estabelecimentos sujeitos ao controle sanitário, expedido pelo órgão sanitário competente, com validade de 1 (um) ano a partir da data de sua expedição, renovável por períodos iguais e sucessivos, devendo sua renovação ser requerida 120 (cento e vinte) dias antes do término de sua vigência;
 - II - Certificado de Vistoria Sanitária, exigível dos veículos de transporte de produtos sujeitos ao controle sanitário, expedido pelo órgão sanitário competente, com validade de 1 (um) ano a partir da data de sua expedição, renovável por períodos iguais e sucessivos, devendo sua renovação ser requerida 120 (cento e vinte) dias antes do término de sua vigência;
 - III - Autorização de Funcionamento e Autorização Especial ou documentos que venham a substituí-los, exigíveis dos estabelecimentos sujeitos ao controle sanitário regulamentados em legislação pertinente, pelo órgão competente da saúde pública;
 - IV - Projeto Arquitetônico aprovado pela vigilância sanitária exigíveis dos estabelecimentos sujeitos ao controle sanitário, conforme estabelecido em legislação pertinente;
 - V - Plano de Gerenciamento de Resíduos de Serviços de Saúde, exigíveis dos estabelecimentos sujeitos ao controle sanitário, conforme estabelecido em legislação pertinente;
 - VI - Caderneta de Inspeção Sanitária autenticada, exigível de todos os estabelecimentos sujeitos ao controle sanitário, expedido pelo órgão sanitário competente.
- §1º Os documentos previstos nos incisos I, II e VI desse artigo deverão ficar expostos em local visível dentro do estabelecimento e serem apresentados sempre



que exigidos pela autoridade sanitária competente.

52º Da Caderneta de Inspeção Sanitária constará todas as infrações cometidas pelos estabelecimentos sujeitos ao controle sanitário, além de outras observações de interesse da autoridade sanitária competente, possuindo validade legal todas as afirmações nela contidas.

53º Excetua-se do prazo previsto no inciso I do caput deste artigo os estabelecimentos classificados como de baixo risco pela Vigilância Sanitária, com base na legislação federal, que será de 3 (três) anos contados da data da última licença concedida, renovável por períodos iguais e sucessivos, após requerimento protocolado em até 120 (cento e vinte) dias anterior ao término da vigência. (Incluído pela Lei Complementar nº 254/2018). (L7legislacao=681483)

54º A licença de funcionamento do estabelecimento classificado na forma do parágrafo anterior poderá, a critério da autoridade sanitária, ser concedida de imediato à entrada do pedido. (Incluído pela Lei Complementar nº 254/2018). (L7legislacao=681483)

55º A licença concedida de plano com base no 54º deste artigo poderá ser suspensa de forma cautelar nas seguintes situações: (Incluído pela Lei Complementar nº 254/2018). (L7legislacao=681483)

I - descumprimento dos prazos estabelecidos pela autoridade sanitária, para as condições impostas para o exercício das atividades econômicas no ato da concessão da licença;

II - descumprimento das exigências emitidas pela autoridade sanitária;

III - apresentando documentação irregular, inapta ou eivada de vícios perante a Vigilância Sanitária Municipal; e

IV - apresentando declarações falsas e dados inexatos ao órgão da Vigilância Sanitária.

56º A suspensão da licença dá causa à imediata interdição do estabelecimento até a regularização das pendências relacionadas nos incisos I a IV do parágrafo anterior. (Incluído pela Lei Complementar nº 254/2018). (L7legislacao=681483)

57º O gerenciamento do risco sanitário sistemático implica, atendida a forma legal, que ocorrerá vistoria a qualquer dia e hora, independentemente de prévio aviso. (Incluído pela Lei Complementar nº 254/2018). (L7legislacao=681483)

58º - O requerimento para renovação do Alvará Sanitário, se protocolizado no prazo previsto no inciso I do caput deste artigo, prorroga a validade do alvará em vigor até a data em que o órgão competente concluir a análise da solicitação de renovação. (Redação dada pela Lei Complementar nº 254/2018). (L7legislacao=913551)

Art. 49 São deveres dos estabelecimentos de saúde:

I - descartar ou submeter à limpeza, à desinfecção ou à esterilização adequada os utensílios, os instrumentos e as roupas sujeitos a contato com o usuário;

II - manter utensílios, instrumentos e roupas em número condizente com o de pessoas atendidas;

III - submeter à limpeza e desinfecção adequadas os equipamentos e as instalações físicas sujeitos a contato com o usuário;

IV - submeter à limpeza e descontaminação adequadas os equipamentos e as instalações físicas sujeitos a contato com produtos perigosos;

V - manter sistema de renovação de ar filtrado em ambiente fechado não climatizado;

VI - observar os requisitos legais acerca da disposição final de resíduos de saúde.

Art. 50 Os estabelecimentos de saúde que prestam serviços de internação deverão manter comissão e serviço de controle de infecção hospitalar, cuja implantação, composição e eventuais alterações deverão ser comunicadas à autoridade sanitária municipal competente.

51º Controle de infecção hospitalar é o programa e as ações desenvolvidas, deliberadas e sistematicamente executadas com vistas à redução da incidência e da gravidade dessas infecções.

52º A ocorrência de caso de infecção hospitalar deverá ser notificada pelo responsável técnico do estabelecimento à autoridade sanitária competente, de acordo com a legislação pertinente.

53º Incluem-se no disposto neste artigo os estabelecimentos onde se realizam procedimentos ambulatoriais que possam disseminar infecções.

Art. 51 Os estabelecimentos de saúde de que trata o art. 32 desta Lei Complementar, funcionarão com a presença do responsável técnico ou de seu substituto legal.

51º Os estabelecimentos de interesse da saúde elencados no art. 33 desta Lei Complementar serão obrigados a funcionar com a presença do responsável técnico ou de seu substituto legal, caso estabelecido em normas legais e regulamentares que dispõem sobre o assunto.

52º A presença do responsável técnico ou de seu substituto legal é obrigatória durante o horário definido conforme respectivo Conselho Profissional.

53º O nome do responsável técnico e seu número de inscrição profissional serão mencionados nas placas indicadas, nos anúncios ou nas propagandas dos estabelecimentos, quando couber.

Seção II

Des Produtos Sujeitos ao Controle Sanitário

Art. 52 São sujeitos ao controle sanitário os produtos de interesse da saúde, compreendidos todas as etapas e processos da produção à utilização e à disposição final de resíduos e efluentes.

Art. 53 Produto de interesse da saúde compreende o bem de consumo que direta ou indiretamente se relacione com a saúde.

Parágrafo único. São produtos de interesse da saúde aqueles relacionados pelo inciso I do art. 33 desta Lei Complementar.

CAPÍTULO III

DA VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA

Art. 54 As ações de vigilância epidemiológica abrangem o conjunto de atividades que proporcionam o conhecimento, a detecção, análise e divulgação de qualquer mudança nos fatores determinantes e condicionantes da saúde individual e coletiva, com a finalidade de adotar, recomendar e avaliar medidas de prevenção e de controle das doenças e agravos à saúde.

Art. 55 Constituem ações de vigilância epidemiológica:

I - estimular a notificação compulsória de agravos, doenças e fatores de risco relevantes;

II - emitir notificações sobre doenças e agravos à saúde;

III - fomentar a busca ativa de causadores de agravos e doenças;

IV - viabilizar a implementação do sistema de vigilância epidemiológica e coordenar sua execução, definindo o fluxo de informações, para contínua elaboração e análise de indicadores;

V - realizar investigações, inquéritos e outros estudos epidemiológicos, bem como planejamento, programação e avaliação das medidas para controle de doenças e de situações de agravos à saúde;

VI - avaliar as situações epidemiológicas e definir ações específicas para cada região;

VII - submeter em parceria com a Vigilância Sanitária, ainda que preventivamente, baseado nos resultados da investigação ou de levantamento epidemiológico, o eventual responsável pela introdução ou propagação de doença à realização de exames, internação, quarentena ou outras medidas que se fizerem necessárias;

VIII - colaborar na elaboração, com base nas programações municipais, plano de necessidade e cronograma de distribuição de suprimentos, de quimioterápicos, vacinas, insumos para diagnósticos e soros, mantendo-os em quantidade e condições de estocagem adequadas;

IX - adotar, em articulação com outros órgãos, procedimentos de rotina e estratégias de campanhas para vacinação da população contra doenças imunopreveníveis;

X - promover a qualificação de recursos humanos para o desenvolvimento das atividades de vigilância epidemiológica;

XI - apoiar os hospitais na implantação de ações que criem condições adequadas à execução dos serviços de vigilância epidemiológica, incluída a criação Núcleo de Vigilância Epidemiológica Hospitalar;

XII - executar as ações de vigilância epidemiológica desencadeadas a partir das notificações realizadas;

XIII - consolidar os dados provenientes das fontes notificadoras, por meio do processamento dos Sistemas de Informação em Saúde e divulgar as informações e análises epidemiológicas.

Art. 56 As doenças e agravos de notificação compulsória, no âmbito do Município, serão definidas mediante normas técnicas específicas, em consonância com o estabelecido nas normas legais e regulamentares vigentes.

Scanned by CamScanner



CARTÓRIO
Autenticação Digital Código: 123040712201396543885-5
Data: 07/12/2020 12:17:24
Valor Total do Ato: R\$ 4,56
Selo Digital Tipo Normal C: AKU46357-H00A;



Cartório Azevedo Bastos
Av. Presidente Epitácio Pessoa - 1145
Bairro dos Estados, João Pessoa - PB
(83) 3244-5404 - cartorio@azevedobastos.not.br
https://azevedobastos.not.br

Bel. Váber Azevedo de Miranda Cavalcanti
Titular

TJPB





DECLARAÇÃO

Declaramos para os devidos fins que o estabelecimento **ESSENZA INDÚSTRIA QUÍMICA EIRELI** CNPJ **23.605.544/0001-82**, situado a Av. José Diniz e Silva, nº 440 – Bairro Bela Vista - Contagem/MG possui em vigência nesta Diretoria de Vigilância Sanitária solicitação de renovação de Alvará Sanitário protocolizado sob nº **01721/2023-03A** datado de **17/02/2023**.

Declaramos ainda, que a empresa protocolizou o requerimento para renovação do alvará dentro do prazo previsto no inciso I do Art.48 da Lei Complementar nº 103/2011, e, desta forma fica prorrogada a validade do Alvará Sanitário em vigor pelo prazo previsto por esta declaração, conforme Lei Complementar nº 264, de 15 de outubro de 2018,

Validade desta declaração: 90 dias

Contagem, 27 de fevereiro de 2023.


Elane Lobo
Assessora Vigilância Sanitária

sac@essenzabrasil.com.br